

ANARQUISMO ESPECIFISTA

Felipe Corrêa

ORGANIZAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL

O anarquismo especificista reivindicado pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), ou simplesmente especificismo, é uma concepção de organização anarquista. Trazido do Uruguai, o termo “especificismo” refere-se a dois eixos fundamentais que marcam a atuação anarquista: a organização e a inserção social, baseados em dois conceitos clássicos do anarquismo, que são a atuação diferenciada nos níveis político e social (conceito de Bakunin) e a organização específica anarquista (conceito de Malatesta). Os primeiros a utilizar este termo foram os companheiros da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), apesar de se referirem a uma forma de organização que começou a ser desenvolvida no século XIX e que foi aprimorada durante o século XX. Em sua Declaração de Princípios, a FAU relaciona o conceito de especificismo com o anarquismo organizado:

“Nossa crítica e nosso projeto não se esgotam no levante, no protesto e na rebelião, mas amadurecem em um modelo de sociedade libertária inconfundivelmente socialista, em uma estratégia de ruptura revolucionária e em um estilo militante combativo e de agitação permanente em direção às transformações sociais em grande escala. Este projeto canaliza-se por meio da organização revolucionária especificista e é, portanto, luta organizada.”[1]

A organização e a inserção social não são defendidas por todas as correntes anarquistas. Sabemos que o anarquismo é bastante amplo e, por isso, abarca diversas concepções, muitas delas contraditórias.

O especificismo defende uma posição clara na polêmica histórica sobre a questão da organização e da prática anarquista, e é por isso que tem como seu primeiro eixo a organização. Em primeiro lugar, defende que os anarquistas devem organizar-se especificamente, como anarquistas, para então trabalhar com o movimento social.

Neste modelo organizacional, vale a idéia que, para se atuar com eficiência na luta de classes, é preciso que os anarquistas estejam organizados, no nível político, como um grupo coeso, com discussão política e ideológica avançada, com uma estratégia bem definida, de forma que isso lhes dê força suficiente para atuar no âmbito das lutas, dos movimentos sociais.

A organização específica anarquista, que trabalha no âmbito político, atua no seio da luta de classes, nos movimentos sociais e populares, que constituem o âmbito social. Neste trabalho, os anarquistas, organizados como minoria ativa, influenciam-lhes o quanto podem, fazendo-os funcionar da forma mais libertária possível. Organizados como um agrupamento específico coeso, os anarquistas constituirão uma força social muito maior e poderão funcionar como um elemento sólido de influência e persuasão que terá menos chance de ser “atropelado” por um partido de esquerda, por autoritários de qualquer estirpe, pela igreja, e outros indivíduos e grupos que tentam a toda hora usar o movimento social para seu próprio benefício.

O segundo eixo do anarquismo especificista é a inserção social. A idéia de inserção social está ligada àquela busca do vetor social perdido pelo anarquismo, quando este terminou por desligar-se da luta de classes e dos movimentos sociais. Com o episódio do afastamento dos anarquistas do movimento sindical no Brasil, ocorrido entre os anos 1920 e 1930, há uma perda desse vetor social do anarquismo que termina por organizar-se em centros de cultura, ateneus, escolas etc. A inserção social reforça a idéia de que os anarquistas devem buscar, além destes aspectos de reforço da memória e da promoção da cultura libertária, principalmente, ter um papel relevante na luta dos movimentos sociais e populares.

Muitos têm um pouco de receio com o termo “inserção social” por associá-lo ao velho “entrismo” da esquerda autoritária em movimentos para tentar aparelhá-los ou fazê-los funcionar em seu próprio benefício. Na realidade isso não é verdade; este conceito de inserção social dos anarquistas está ligado tão-somente, à idéia de retorno organizado dos anarquistas à luta de classes e aos movimentos sociais. Não em um sentido vanguardista de lutar pelo movimento, mas defendendo a minoria ativa que luta com o movimento.

Há algumas outras idéias que caminham junto com os conceitos apresentados acima. Por exemplo, a crítica à falta de organização da maioria dos anarquistas, propondo, para tanto, essa forma de anarquismo organizado, norteadado pela concepção de organização específica explicada anteriormente. Há também uma clara oposição ao anarquismo individualista e à exacerbação dos egos, propondo uma forma de anarquismo comunista ou coletivista, que faz da liberdade coletiva seu norte estratégico e que, sem ela, considera impossível a liberdade individual. Essa forma de organização opõe-se ao modelo sintetista, por acreditar que não funciona colocar uma série de indivíduos e organizações sob o “guarda-chuva” anarquismo, simplesmente realçando uma identidade em torno da crítica – pois geralmente só há acordo na crítica do Estado, do capitalismo, da democracia representativa – ou mesmo da sociedade futura; isso porque não há nenhuma unidade em termos organizacionais ou nas questões construtivas. Ou seja, não há uma posição clara em torno da forma de organização adequada, em torno do “como” atuar.

Muitos anarquistas nem mesmo consideram a organização tão necessária e outros a acham até autoritária. No modelo de organização especificista, defende-se a idéia de se trabalhar com unidade tática e teórica, o que facilita enormemente o trabalho com projetos estratégicos bem definidos e com todos trabalhando no mesmo sentido. Nesta forma de organização, há também um papel preponderante para a questão da responsabilidade e do comprometimento, o que veremos com algum detalhe a seguir.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE

Juntos com a noção de organização e inserção social, caminham dois princípios: a ética e responsabilidade.

A ética é entendida sempre como sinônimo do próprio anarquismo, constituindo-se como sua “espinha dorsal”. Não deve ser entendida como um sistema de idéias e valores teóricos, não aplicáveis, mas sim como um princípio aplicável, de valores, que leva em conta interesses coletivos e universais, e que define os princípios de conduta. A ética anarquista é justamente uma necessidade de coerência entre nossa conduta e os princípios que defendemos, no caso da FARJ, por exemplo, liberdade, federalismo, autogestão, internacionalismo, ação direta, classismo, prática política, inserção social e apoio mútuo.

A ética diferencia-se radicalmente da moral. A moral é algo que se coloca de fora para dentro, um conteúdo não elaborado e que, por meio da coerção, se aceita, ou, simplesmente, submete-se a ela. Diferentemente, a ética é algo que vem de dentro para fora, ou seja, algo que é processado e refletido sem coerção, e que depois norteará a conduta. A moral pode ser considerada uma vitória sobre o indivíduo ao passo que a ética é o “vencer com” (ou convencer), sendo a conduta norteadada pela ética, o resultado da elaboração e do processamento dos conceitos.

Muito se relacionou, durante a história do anarquismo, a ética com a coerência entre meios e fins. Para isso, defende-se uma forma de atuação que seja condizente com o fim que se deseja atingir; a chamada coerência entre meios e fins. Entende-se que se a luta tem por objetivo a liberdade, deve ser feita na liberdade. Isso se aplica em diversas formas diferentes, desde rechaçando um meio autoritário como o Estado para se chegar à liberdade – o conceito marxista de socialismo – até defendendo uma atuação honrada, íntegra e honesta politicamente – muito ao

contrário das histórias de militância de Netchaiev, por exemplo, que achava que tudo valia a pena para se chegar à revolução, mesmo mentindo, enganando, chantageando, traindo companheiros etc.

Na própria história do anarquismo no Rio de Janeiro, relacionou-se bastante a ética com o respeito mútuo, entendendo-a como um princípio que exigiria a necessidade de se respeitar os companheiros de luta e fazer do ambiente político um lugar de solidariedade, seja com militantes antigos, seus companheiros, seja com novos interessados. Preconiza-se, assim, uma consideração à pluralidade de idéias e um direito à manifestação e voz, sempre tratando as pessoas com o devido respeito e repudiando condutas anti-sociais, desagregadoras e divisionistas.[2]

Além disso, pode-se relacionar a ética com a responsabilidade, da forma que fez Ideal Peres, quando afirmou que “um sujeito que tem uma ética libertária sabe por que está lutando e consegue explicar os motivos ideológicos da luta, tem compromissos e autodisciplina para levar a cabo as tarefas assumidas”. Nesta relação, Ideal Peres, que sempre reforçou os valores de ética e responsabilidade, colocou a necessidade de os militantes anarquistas conhecerem os motivos da luta, ou seja, contra o que se luta e pelo que se luta, conseguindo justificar ideologicamente seus argumentos. O compromisso e a autodisciplina seriam fundamentais para colocar em prática essa ética libertária, sendo, portanto, antiéticos os anarquistas que defendem uma posição muito comum no universo libertário de descompromisso e irresponsabilidade.

Ao entenderem que a responsabilidade é contrária à liberdade, muitos anarquistas impossibilitam-se de realizar qualquer atividade séria, com objetivos mínimos. Os anarquistas que defendem a idéia de responsabilidade acreditam que sem ela é impossível fazer qualquer projeto de médio ou longo prazo, de colocar em prática um projeto de curto prazo ou mesmo de estabelecer uma forma de ação e cumpri-la.

A partir dessa visão entende-se que, para a realização de quaisquer atividades em uma organização, deve haver uma discussão prévia, um planejamento estratégico que se desdobra em um planejamento tático, com as diversas ações que a organização realizará. Para que isso aconteça, devem-se dividir as responsabilidades e cada um deve fazer o que assumiu. Como recentemente escreveu a FARJ, “a autodisciplina é o motor da organização autogestionária”[3], e deve funcionar sem disciplina servil, mas com coerência com as idéias aceitas, com a realização das tarefas assumidas e com uma obrigação severa para com o trabalho de militância e de luta.

* Felipe Corrêa é militante da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

[1] FAU. Declaração de Princípios.

[2] CELIP. “Ética no CELIP”.

[3] FARJ. “Reflexões sobre a Responsabilidade, o Comprometimento e a Autodisciplina”.